

Câmara Municipal de Santo André

ORDEM DO DIA **61ª SESSÃO ORDINÁRIA – 15H – 11 DE OUTUBRO DE 2022** **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA**

AS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 35/2022
(ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2023)
DEVERÃO SER APRESENTADAS ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL DE NOVEMBRO
CONFORME § 1º E § 3º DO ARTIGO 199 DO REGIMENTO INTERNO

OS ITENS ABAIXO SOBRESTAM A ORDEM DO DIA
NOS TERMOS DO § 2º DO ARTIGO 45 E § 6º DO ARTIGO 46
DA LEI ORGÂNICA

1. SEGUNDA discussão **ADIADA** e votação do **PROJETO DE LEI 30/22**, protocolo 5556, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, que altera a Lei nº 9.122, de 31 de março de 2009, que instituiu o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas no âmbito do Município de Santo André. As Comissões de JUSTIÇA e de FINANÇAS exararam parecer verbal opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

PROCESSO N.º 5.189/22

quorum: 2/3

2. SEGUNDA discussão **ADIADA** e votação do **PROJETO DE LEI 32/22**, protocolo 5614, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, que altera a Lei nº 10.474, de 04 de março de 2022, que instituiu o Regime de Previdência Complementar no âmbito da Administração Direta e Indireta e da Câmara Municipal de Santo André, e dá outras providências. As Comissões de JUSTIÇA e de FINANÇAS exararam parecer verbal opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

PROCESSO N.º 5.244/22

quorum: M.A.

3. PRIMEIRA discussão **ADIADA** e votação do **PROJETO DE LEI 18/22**, protocolo 4118, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, que autoriza a alienação de bem público dominical situado na Rua General Canavarro, esquina com a Av. Industrial, Bairro Utinga, Município de Santo André, mediante licitação na modalidade leilão. As Comissões de JUSTIÇA e de FINANÇAS apresentaram o Parecer nº 47/22 opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

PROCESSO N.º 3.874/22

quorum: 2/3

4. Discussão e votação do **VETO TOTAL** ao Autógrafo nº 102/22, protocolo 6231, referente ao **PROJETO DE LEI CM 133/19**, de autoria do Vereador LUCAS ZACARIAS, **que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei 7.506, de 10 de julho de 1997, que regulamenta o funcionamento das feiras livres.** **PENDENTE** de parecer da Comissão de JUSTIÇA.

PROCESSO N.º 5.414/19

quorum: M.A. para rejeição